



INSTITUTO
CONSUELO
PINHEIRO

Processo nº	08/003-257/24
Data de Arrecadação:	03/04/24
Rubrica	Fls. 385

PROPOSTA DE SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL
DE PROTEÇÃO ESPECIAL PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA / PLANO DE TRABALHO

Processo nº	08/003.257/2
Data da Atuação:	03/01/20
Rubrica	Fis. 386

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	PÁG. 3
a. IDENTIFICAÇÃO	PÁG. 3
b. BREVE CURRÍCULO	PÁG. 3
2. CONHECIMENTO DO PROBLEMA	PÁG. 4
a. CONTEXTO	PÁG. 4
b. JUSTIFICATIVA	PÁG. 7
c. DIFICULDADES E DESAFIOS ENCONTRADOS PARA A SUA REALIZAÇÃO. . .	PÁG. 10
d. SOLUÇÕES PROPOSTAS PARA SUPERÁ-LOS.	PÁG. 10
3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	PÁG. 12
a. OBJETO	PÁG. 12
b. ABRANGÊNCIA	PÁG. 13
c. FORMAS DE ACESSO	PÁG. 13
d. RECURSOS HUMANOS	PÁG. 14
e. ESPAÇO FÍSICO E RECURSOS MATERIAIS	PÁG. 15
f. METODOLOGIA	PÁG. 16
i. PORTA DE ENTRADA	PÁG. 16
ii. PERCURSO TÉCNICO	PÁG. 18
iii. PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA)	PÁG. 18
iv. INSERÇÃO EM ATIVIDADES PEDAGÓGICAS/OFICINAS/GRUPOS . . .	PÁG. 19
v. REGISTRO DAS ATIVIDADES	PÁG. 19
vi. DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS SOCIAIS	PÁG. 19
g. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	PÁG. 21
i. GRUPOS	PÁG. 21
ii. OFICINAS	PÁG. 22
iii. ATENDIMENTOS TÉCNICOS	PÁG. 24
iv. ATENDIMENTOS EM GRUPOS COM FAMILIARES	PÁG. 25
v. ATENDIMENTOS DE ARTICULAÇÃO EM REDE	PÁG. 26
h. PRODUTO	PÁG. 27
4. PRAZOS	PÁG. 27
5. CUSTOS	PÁG. 27
6. FORMAS DE APRESENTAÇÃO	PÁG. 28
7. DA ELABORAÇÃO E DA ABRANGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	PÁG. 28
• ANEXO 1 - COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DO ICP	PÁG. 29
• ANEXO 2 - ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL	PÁG. 66
• ANEXO 3 - PAPÉIS E RESPONSABILIDADES	PÁG. 67
• ANEXO 4 - CURRÍCULOS	PÁG. 76
• ANEXO 5 - COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	PÁG. 81
• ANEXO 6 - PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO	PÁG. 82
• ANEXO 7 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	PÁG. 83
• ANEXO 8 - RELATÓRIO DAS ATIVIDADES E OFICINAS	PÁG. 96
• ANEXO 9 - MATRIZ DE RELATÓRIO TÉCNICO MENSAL	PÁG. 97
• ANEXO 10 - AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS SOCIAIS	PÁG. 112

9/2



Processo nº	08/003.257/21
Data da Atuação:	03/11/21
Assinatura	[Assinatura]
Nº	387

PROPOSTA DE SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

a. IDENTIFICAÇÃO

Nome: INSTITUTO CONSUELO PINHEIRO UF: RJ CNPJ: 33.912.577/0001-29

Endereço: RUA FLACK, 81 - RIACHUELO Telefone: (21) 2261-2809

Contato: gerenteadm@icprj.org.br / adm@icprj.org.br

Responsáveis Legais:

JOSE AUGUSTO VASQUES NETO - PRESIDENTE

TARIK NASSARALLA VASQUES - REPRESENTANTE LEGAL/GERENTE ADM.

b. BREVE CURRÍCULO

O Instituto Consuelo Pinheiro (ICP) é uma O.S. fundada em 1969 por Malvina Silveira, mãe de três filhos com deficiência intelectual, que após um longo período em busca de tratamentos de qualidade, resolveu criar com outras mães um centro especializado em recuperação neurológica que atendesse de forma mais humanizada suas demandas e anseios. À época, a base do tratamento era o método Doman-Delacato, difundido no Rio de Janeiro pela Professora Consuelo Pinheiro, homenageada com o nome da instituição.

Ao longo da sua existência, o Instituto fez parte da Legião Brasileira de Assistência (LBA) que já foi vinculada ao Ministério do Trabalho, Previdência Social e da Ação Social. Desde a sua fundação, o ICP ofertava práticas sociais e atendia pessoas com deficiência que não eram alcançadas pelas outras políticas. Após a extinção da LBA em 1995, e já com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, o ICP passou a integrar a chamada Rede Histórica Conveniada, e em parceria com os órgãos municipais de Assistência Social responsáveis por essas ações, seguiu com seu atendimento às pessoas com deficiência de acordo com as legislações vigentes. Por 26 anos, o Instituto Consuelo Pinheiro tem essa parceria firmada com o Município do Rio de Janeiro, e mantém a oferta dos serviços para esse público se atualizando e se adaptando aos avanços da Política de Assistência Social. Ao todo são 52 anos prestando atendimento social para pessoas com deficiência, sendo este o público de interesse desse edital. Contudo, há de se acrescentar que a experiência de atuação do ICP também engloba projetos com outros públicos, como: ex-presidiários, idosos, creche, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social.



Processo nº	08/003.257/21
D. da publicação:	03/11/21
Publicado	388

Na atualidade, a prática do ICP se faz de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). É uma entidade de Atendimento, conforme descrito pela LOAS em seu artigo 6º, que oferta Serviços dentro da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade, nas modalidades de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e de Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias, conforme descrito pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Cabe salientar que também são ofertadas Ações de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência e a promoção de sua interação à vida comunitária (Resolução CNAS Nº 34/ 2011), bem como Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho (Resolução CNAS Nº 33/ 2011).

O Instituto tem inscrição e mantém suas regularidades anuais no Conselho Nacional de Assistência Social - Proc. Nº 251737/69, no Conselho Municipal de Assistência Social Nº 0023/98, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Nº 01/011/ 132 DO. 12/08/96 e no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa Nº 81 - Proc. Nº 08/004.469/2018, portanto prestamos atendimento para crianças a partir de 5 (cinco) anos até idosos, com deficiência intelectual ou não, trabalhando sempre no sentido de promover a habilitação e reabilitação através de ações direcionadas ao desenvolvimento das competências sociais dos atendidos.

O Instituto é federado à FEBIEX-RJ e já foi membro do CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social), bem como membro do CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente).

No Anexo 1 Comprovação de Experiência do ICP seguem alguns instrumentos jurídicos comprovando a execução do objeto da parceria.

2. CONHECIMENTO DO PROBLEMA

a. CONTEXTO

O Art. 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos". Este princípio orienta nossa Constituição Federal de 1988, que em seu preâmbulo projeta a construção de um Estado Democrático de Direito "destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos".



Processo nº	08/003.257/24
Data da Autuação:	03/11/24
Rubrica	389

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, no qual o Brasil é signatário, e a Constituição Federal de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, foram os alicerces para a criação de outros documentos orientadores de políticas públicas que, por um lado, têm o intuito de atender aos princípios de tratados, pactos e acordos internacionais, e de outro, organizar e regular como esses princípios se traduzem no cotidiano dessas políticas públicas para a garantia dos direitos de todos os cidadãos brasileiros.

Foi na Constituição Federal que a Assistência Social, junto com a Saúde e a Previdência, passou fazer parte do Tripé da Seguridade Social e ser "prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição" (Art. 203º, Constituição Federal de 1988). E após promulgação da Constituição, em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) passou a entrar em vigor, e com ela, a Assistência Social passou a ser reconhecida como "direito do cidadão e dever do Estado, Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas" (Art. 1º, Lei 8.742/1993), dispondo de objetivos como a Proteção Social, a Vigilância Socioassistencial e Defesa de Direitos. Essa inserção no campo da Seguridade Social e o reconhecimento da Assistência Social como direito do cidadão, aponta para seu caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social, voltados à garantia de direitos e de condições dignas de vida.

No entanto não é isso que vemos na realidade brasileira. A violação de direitos sistêmica da configuração econômico-social da própria sociedade não garante à população, principalmente a mais vulnerável, o acesso a serviços básicos com qualidade como os de lazer, cultura, esporte, locais de convivência, etc. Grande parte das famílias brasileiras se encontra em diversas situações de vulnerabilidades e riscos, como perda ou fragilidade de vínculos familiares e comunitários, exclusão pela pobreza e/ou, no acesso às demais políticas públicas, diferentes formas de violência, inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho, necessidade de adoção de alternativas diferenciadas de sobrevivência, entre outras.

Por situações como as descritas acima que a política da Assistência Social se faz constantemente necessária em ampla e larga escala para garantir a proteção social, que de acordo com a LOAS, se dá em dois tipos, sendo elas de Proteção Básica e Especial. A Proteção Social Básica consiste no "conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários" (Art. 6º-A, Lei 8.742/1993). A Proteção Social Especial foi definida como o



Processo nº	08/103.257/21
Data da Autuação:	03/14/24
rubrica	390

“conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos” (Art. 6º-A, Lei 8.742/1993).

Para assegurar esse sistema de proteção a Administração Pública há muito tempo realiza parcerias com Instituições como o Instituto Consuelo Pinheiro (ICP), que atua como uma Entidade de Assistência Social, sem fins lucrativos, que presta atendimento aos usuários abrangidos por essa Política de Assistência Social, atuando na defesa e na garantia de direitos.

Como uma Entidade de Atendimento, de acordo com o Art.3º, § 1º da LOAS, atua de forma continuada, permanente e planejada, prestando serviços, executando programas e projetos, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, sempre dando prioridade ao público de pessoas com deficiência, idosas e suas famílias.

Desde a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Instituto já prestava assistência a grupos sociais que pouco ou nunca tinham sido alcançados pelo poder público. Após a sua extinção, o mesmo passou fazer parte da Rede Histórica Conveniada, atuando em ações socioassistenciais junto ao Município. Até os dias de hoje, através da parceria com o Município e compondo a Rede SUAS de organizações não governamentais, o ICP segue atuando e se atualizando conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), oferecendo serviços, sendo guiado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109, de 11 de Novembro de 2009) e integrando o Sistema Único de Assistência (SUAS).

Atualmente, de acordo a área de interesse do objeto do edital, o Instituto atende a 251 pessoas com deficiência em situação de dependência e suas famílias que tiveram seus direitos violados, por diversas situações de risco como isolamento, discriminação, confinamento, convivência com a extrema pobreza, falta de cuidados adequados, alto grau de estresse do cuidador, exclusão no acesso às demais políticas públicas, entre outros. As linhas de atuação têm a perspectiva de contribuir para a superação destas situações e prevenir novas ocorrências, através de apoio à ampliação da autonomia e do fortalecimento do papel projetivo da família.

A área de atuação dos principais serviços do ICP, nestes 52 anos, tem sido a 3ª CASDH (Coordenadoria de Assistência Social e Direitos Humanos) que corresponde à Área Programática 3 que concentra a maior parte dos usuários, de acordo com o levantamento



Data da Autuação:	03/11/21
Rubrica:	3911

realizado em Abril de 2021 de pessoas com deficiência no Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais.

Não é só no Brasil que o público deficiente teve atenção especial, em 2009 o mundo ganha a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, marco positivo para que esse público tenha protegida a sua dignidade e seu direito de desfrutar de todas as condições necessárias para o desenvolvimento de seus talentos e aspirações.

Nesse viés de trazer mais equidade à sociedade ainda foram criadas outras leis para públicos inerentemente mais desprotegidos, como é caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990), o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que traz em seu 1º artigo seu objetivo primordial "assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania" (Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015).

Essa desproteção se agrava quando há um marcador social como a da deficiência, o que traz ao indivíduo desvantagem pessoal e o torna ainda mais vulnerável a ter seus direitos violados não só fora do âmbito familiar quanto por membros de suas famílias.

b. JUSTIFICATIVA

De acordo com o Censo de 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o segmento das pessoas, no país, com pelo menos uma das deficiências, abrangia um contingente de 24.600.256 pessoas. Já em 2010, esse número subiu para 45.606.048 pessoas que declararam ter pelo menos uma das deficiências investigadas, nomeadamente: visual, auditiva, motora, mental ou intelectual, o que representa 23,9% da população brasileira. No Rio de Janeiro existem cerca de 3,9 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, que correspondem a 24,40% da população total do estado.

O contingente populacional que tem pelo menos uma das deficiências investigadas pelo Censo de 2010 revela que sua prevalência é bastante alta na população brasileira, que segue aumentando e que se distribui por todos os grupos de idade. Verifica-se um aumento em todos os grupos. No grupo de 0 a 14 anos, o número de pessoas com deficiência nessa faixa cresceu 3,2%. No grupo de 15 a 64 anos, houve um crescimento de 9,3% na população com deficiência. Na faixa etária de 65 anos ou mais, essa população cresceu 13,7 pontos



08/103.257/21
03/44/21
392

percentuais. Ou seja, a deficiência atinge todas as idades, incluindo o grupo dos considerados mais vulneráveis (crianças, adolescentes e idosos) e possui crescimento ao longo dos anos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos cita, em seu Artigo XXVI, que "Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos, nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito". Porém, o Censo de 2010 revela que a taxa de alfabetização para pessoas com pelo menos uma das deficiências é 6,4% menor que pessoas sem deficiência.

O Índice de Pobreza Humana (IPH), criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que serve como um indicador da taxa de pobreza que existe em determinado país, pondera de três variáveis para verificar a porcentagem dessas pessoas e uma delas é a falta de educação (o percentual da população analfabeta). O IPH também considera outros diversos indicadores para verificar essa porcentagem de pessoas em uma população que sofre de privações em quatro dimensões básicas da vida: a longevidade, o conhecimento, a provisão econômica e a inclusão social (MAGNOLI, Demétrio, 2005). E a própria Política Nacional de Assistência Social afirma que tanto a pobreza, quanto as privações ao acesso a bens e serviços, ligado à desigualdade social e a concentração de renda, "revela-se numa dimensão mais complexa: a exclusão social" e isso impede que esses exerçam plenamente seus direitos.

Outro dado que chama atenção em relação aos números, no Censo de 2010, é em relação ao trabalho para pessoas com deficiência. A Declaração Universal dos Direitos Humanos declara, em seu Artigo 23º, que "toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do seu trabalho e a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego". A Constituição Federal, em seu Artigo 7º, proíbe a discriminação na remuneração e nos critérios de admissão dos trabalhadores com deficiência. A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência trata do trabalho e emprego em seu Artigo 27º e reafirma o Artigo 23º da Declaração assegurando, também, condições de acessibilidade que garantam às pessoas com deficiência as mesmas condições de que goza a população sem deficiência. E a Lei de Cotas, criada em 24 de julho de 1991, estabelece em seu Artigo 93º que a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com pessoas com deficiência e reabilitadas. Porém, a participação deles no mercado de trabalho, em 2010, ainda era bem baixa quando comparada à das pessoas sem deficiência. De um total de 86,4 milhões de pessoas ocupadas, 20,4 milhões eram pessoas com deficiência, só 23,6% do total.

96



08/003.207/24
03/14/24
393

Ademais, em 2020 não houve censo no Brasil, o que deixa uma lacuna de informações que prejudica a proposição de políticas públicas e de iniciativas da sociedade civil organizada para a redução das desigualdades, principalmente direcionadas a segmentos que possuem tais marcadores sociais da diferença que os colocam em situação de maior vulnerabilidade. Tal situação aponta para a necessidade de fortalecimento de ações de instituições que possuem expertise nos temas historicamente trabalhados.

Diante dos dados, verifica-se que as pessoas com deficiência correspondem a quase ¼ da população do país, e que este segmento de pessoas encontra-se em maior proporção em situações de vulnerabilidades, que são potencializadas pelas violações de direitos e que dão margem para que estes também se encontrem em situações de risco. Para usuários que se encontram nesses casos, o SUAS, organizado por níveis de Proteção Social, visa à prevenção, a vigilância social e o atendimento especializado nessas situações, incluindo serviços, programas, projetos e benefícios de transferência de renda. O objetivo de tais ações é identificar necessidades e apoiar as famílias e indivíduos para que possam construir opções de enfrentamento da vulnerabilidade. Desse modo, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários, onde se incluem as pessoas com deficiência e espaço de ampliação de seu protagonismo.

Dentro da linha de atuação da Política de Assistência Social e já pertencente à Rede SUAS privada, o Instituto Consuelo Pinheiro executa o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, e atua também em consonância com a Resolução CNAS N° 34, de 28 de Novembro de 2011, que define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. A oferta do trabalho Institucional a esse público é de atendimento especializado para os que têm algum grau de dependência e tiveram isso agravado por conta da violação de seus direitos. Dentro da sua proposta de trabalho, o ICP tem por objetivo desenvolver suas ações promovendo a inclusão social, a autonomia e a melhoria na qualidade de vida. Com o intuito de contribuir para que esses usuários e seus familiares tenham seus vínculos de convivência fortalecidos, acessibilidade a seus direitos, desenvolvimento de autonomia, melhoria na qualidade de suas vidas, redução e superação das situações de riscos e prevenção de reincidência delas.



Processo nº	08/003-257/24
Data da Autuação:	03/11/24
Protocolo	394

c. DIFICULDADES E DESAFIOS ENCONTRADOS PARA A SUA REALIZAÇÃO.

Foram grandes os avanços da Política Nacional de Assistência para Implantação do SUAS desde a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social de 1993. Apesar dos esforços dos governos e organizações da sociedade civil para uma implementação eficaz deste sistema no Brasil, ainda são muitos as dificuldades e desafios encontrados pelos atores envolvidos e atuantes na ponta dos serviços. Uma das explicações para tais dificuldades pode ser a relação entre, por um lado, um histórico secular da assistência social enquanto bem-estar, e por outro, o curto período da assistência social enquanto direito do cidadão e dever do Estado.

O Instituto Consuelo Pinheiro enquanto instituição histórica de atendimento à Pessoas com Deficiência, com 52 anos de existência, vivenciou essa transição. Como principais dificuldades e desafios destacamos:

- Quantitativo de profissionais qualificados que atendam as demandas dos serviços socioassistenciais de acordo com o que é preconizado pelos princípios, normas e demais documentos orientadores da Política Nacional de Assistência Social;
- Diagnóstico e Mapeamento do território e articulação com as demais políticas setoriais e sistema de garantia de direitos;
- Cultura de planejamento e registro das informações dos usuários dos serviços socioassistenciais;
- Informatização das informações registradas;
- Monitoramento e avaliação dos serviços;
- Porta de saída.

d. SOLUÇÕES PROPOSTAS PARA SUPERÁ-LOS.

O Instituto Consuelo Pinheiro, principalmente após o reordenamento institucional em curso desde 2020, vem desenvolvendo ações direcionadas à cada dificuldade e desafio identificado.

- Quantitativo de profissionais qualificados que atendam as demandas dos serviços socioassistenciais de acordo com o que é preconizado pelos princípios, normas e demais documentos orientadores da Política Nacional de Assistência Social.



Processo nº	08/003.257/04
Data da Autuação:	03/11/04
Rubrica	Fls. 395

Para estruturação de uma equipe qualificada a partir do que é preconizado pelos princípios, normas e demais documentos orientadores da Política Nacional de Assistência Social, o ICP vem adotando uma política de transparência, que passa por um amplo processo de divulgação e seleção de eventuais vagas de trabalho disponíveis, com informações claras do perfil do candidato, bem como pré-requisitos necessários ao cargo. Esta política de transparência que vem cada vez mais sendo valorizada pelas Organizações da Sociedade Civil possibilita, por um lado, a desconstrução de uma cultura histórica de indicações políticas, que em última instância pode comprometer a qualidade do trabalho desenvolvido no serviço proposto. E por outro lado possibilita a qualificação técnica dos profissionais destinados ao serviço proposto, contribuindo para uma efetiva estruturação do Sistema único da Assistência Social e da conseqüente valorização da Assistência Social enquanto direito do cidadão e dever do Estado.

- Diagnóstico e Mapeamento do território e articulação com as demais políticas setoriais e sistema de garantia de direitos.

Esta dificuldade comum às instituições socioassistenciais, entre outros motivos, se dá em decorrência da falta da cultura do planejamento, que se materializa na lógica do "plantão social", ou seja, em uma prática recorrente na assistência de que os problemas são solucionados a partir das demandas que surgem, sem que haja a estruturação e registro da rede de instituições pública, privada e do terceiro setor, serviços, programas e projetos disponibilizado no território, bem como rotinas de articulações institucionais. Neste sentido, o ICP estruturou uma rotina de atualizações periódicas do mapeamento desta rede, bem como uma rotina de participações em encontros da rede socioassistencial local do território, como forma de estabelecer fluxos de encaminhamentos responsáveis e monitorados dos usuários e familiares.

- Cultura de planejamento e registro das informações dos usuários dos serviços socioassistenciais.

Esta dificuldade, como será descrita nesta Proposta, vem sendo solucionada por meio da elaboração dos Planos Individuais e Familiares de Atendimento (PIA), da rotina de avaliação e reelaboração desses planos por meio de mutirões semestrais, bem como do registro cotidiano do desenvolvimento do planejado em prontuários eletrônicos em sistemas informatizados.



Processo nº	08/003.257/24
Data da Autuação	03/14/24
Rubrica	Fis. 396

- Informatização das informações registradas.

Esta dificuldade vem sendo solucionada a partir da adoção de ferramentas informatizadas para registro de informações, no caso do ICP e como será descrita nesta Proposta, por meio do sistema Bússola Social.

- Monitoramento e avaliação dos serviços.

Este é um dos grandes desafios enfrentados pelos serviços socioassistenciais, tendo em vista que não existe a prática de construção de indicadores a serem avaliados, que associados à falta de cultura de planejamento, registro e informatização das informações, bem como a reprodução de lógicas históricas persistentes, como a do plantão social, dificultam avaliação da efetividade dos serviços socioassistenciais prestados. A construção de indicadores claros e de instrumentos de mensuração são caminhos importantes para esta avaliação. O ICP vem adotando a avaliação das competências sociais/habilidades de vida, com instrumento específico, que também será descrito nesta Proposta, bem como os Planos Individuais de atendimento e registro no Sistema Bússola Social como estratégias para a resolução dessas dificuldades identificadas na prática social.

- Porta de saída.

Outro grande desafio das políticas socioassistenciais, a dificuldade de construção de portas de saída, se relaciona aos demais itens descritos acima, que quando encarados de maneiras complementares, constroem o arcabouço necessário à visão multidimensional dos usuários, visão esta que deve estar articulada às demais políticas setoriais e o sistema de garantia de direitos.

3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

a. OBJETO

Executar o Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, promovendo atendimento socioassistencial especializado a 200 pessoas de ambos os sexos com Deficiência Intelectual que possuam um grau de dependência e suas famílias, operando como uma unidade de referência na modalidade Centro-dia e Similares para esse público e suas famílias,



Processo nº	08/003.257/21
Data da Autuação:	03/11/21
Rubrica	397

com disponibilização de equipe multidisciplinar de atuação interdisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogo, pedagogo, fonoaudiólogo, terapeuta Ocupacional e coordenador.

Este serviço será executado na Rua Flack, 81 – Riachuelo. O referido espaço apresenta padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, salubridade, segurança e conforto; acesso a serviços culturais, equipamentos da rede local e outros serviços necessários às demandas do público alvo.

Conforme o preconizado pela modalidade de atendimento proposta nesse edital, o Instituto desenvolve o seu trabalho oferecendo atendimento e atividades por meio de equipe técnica, oficinas e educadores sociais, todos imbuídos de seus compromissos em disponibilizar um atendimento de qualidade, humanizado e inclusivo. Faz parte da missão da instituição oferecer para este público atendimento socioassistencial por meio do desenvolvimento de competências sociais e articulação com demais políticas públicas e sistema de garantia de direitos, visando a resolução das desproteções identificadas, o empoderamento, a autonomia, o pleno exercício da cidadania, desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários e suas famílias, para que estes tenham possibilidades emancipatórias diante do enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social que vivenciam em seu cotidiano.

Vigência: 12 (doze) meses a partir de 28/10/2022 até 27/10/2023.

b. ABRANGÊNCIA

O Instituto Consuelo Pinheiro abrange a Área Programática AP 3, fazendo parte da área da 3ª CASDH (Coordenadoria de Assistência Social e Direitos Humanos). Área Programática essa que concentra a maior parte dos usuários, 40,1 % do total.

O atendimento será destinado a 200 Pessoas com Deficiência Intelectual. Portanto, a Instituição irá concorrer a 200 metas, ofertando as ações propostas por esse edital e garantindo a qualidade no atendimento aos usuários e suas famílias próximo às suas residências. **Contudo, havendo metas ociosas na AP 3, o Instituto se coloca a disposição para recebê-las** possuindo habilidade e capacidade para atendê-las tanto quanto ao número de técnicos quanto em relação ao espaço físico.

c. FORMAS DE ACESSO

O ICP seguindo as diretrizes da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, recebe seus usuários por demandas espontâneas, por encaminhamentos das demais as

Processo nº	08/003.257/24
Data da Autuação:	03/14/24
Rubrica	
Fis.	398



políticas públicas setores e por órgãos dos sistemas de garantias de direito e por buscas ativas, dando bastante atenção às demandas encaminhadas pelos CREAS e CRAS.

d. RECURSOS HUMANOS

Para o cumprimento das metas, o ICP possui muito além da equipe mínima exigida por esse edital. Segue a lista de funcionários e fornecedores recorrentes com o quantitativo dividido por área.

Administração: 1 (um) Gerente Administrativo, 1 (um) auxiliar administrativo, 1 (um) Assistente Administrativo financeiro e 1 (um) Jovem aprendiz na área de Auxiliar Administrativo.

Contabilidade e Departamento Pessoal: Contratação de uma empresa para a contabilidade e departamento pessoal.

Comunicação: 1 (um) coordenador de comunicação e 1 (um) designer.

Equipe Técnica: 1 (um) Coordenador, 2 (dois) Assistentes Sociais, 1 (um) Psicólogo, 1 (um) Terapeuta Ocupacional, 1 (um) Pedagogo e 1 (um) Fonoaudiólogo.

Educadores e Oficineiros: 4 (quatro) Educadores Sociais e 6 (seis) Oficineiros.

Operacional: 2 (dois) Cozinheiros, 2 (dois) auxiliar de Serviços gerais, 1 (um) motorista, 1 (um) profissional de manutenção e 1 (um) técnico de Informática.

Ao final dessa proposta enviaremos no Anexo 2 o Organograma Institucional e em seguida no Anexo 3 enviaremos o documento "Papéis e Responsabilidades" que descreve detalhadamente os papéis e responsabilidades de cada um dos colaboradores do ICP. Tal documento faz parte de um outro maior chamado Manual do Colaborador, desenvolvido como guia para qualquer contratado.

De acordo com o exigido pelo Edital acerca da qualificação dos profissionais para a execução do serviço, seguem descritos tais profissionais, seu perfil e suas habilidades para desenvolver o trabalho social com pessoas com deficiência.



Processo nº	02/003.257/24
Data da Autuação:	03/11/24
Rubrica	Fis. 300

Os Currículos constam no Anexo 4 juntamente com o Anexo 5 – Comprovação de Experiência do Responsável Técnico

e. ESPAÇO FÍSICO E RECURSOS MATERIAIS


A Instituição possui toda a estrutura necessária para a execução do Serviço em relação a recursos materiais e espaço físico. O Espaço da Sede (Rua Flack, 81 - Riachuelo) possui 1 (uma) Secretaria Administrativa, 1 (uma) Sala de Espera para Responsáveis, 1 (uma) Sala de Serviço Social, 1 (uma) Sala de Psicologia, 1 (uma) Sala de Fonoaudiologia, 1 (uma) Sala de Pedagogia, 1 (uma) Sala de Informática, 1 (um) Pátio, 1 (uma) Quadra de Esportes, 1 (um) Refeitório, 1 (uma) Cozinha, 1 (uma) Dispensa, 1 (um) Almoxarifado, 1 (um) banheiro para responsáveis, familiares e cuidadores, 6 (seis) banheiros para usuários, sendo 4 (quatro) desses adaptados para PCD, 2 (dois) para funcionários, 4 (quatro) salas de Apoio pedagógico, 1 (uma) Biblioteca, 1 (uma) Brinquedoteca, 1 (uma) sala de jogos, 1 (um) Auditório/Sala de vídeo, 1 (uma) Sala de Reuniões e 1 (uma) casa para treinamento de AVD (Atividades de Vida Diária).

Além dos recursos essenciais como mesas, cadeiras, armários, arquivos, quadros negros e brancos, ventiladores, ar condicionado e bebedouros. O ICP também dispõe de 1 (um) telão, 2 (dois) datas shows, 20 (vinte) computadores para usuários, 15 (quinze) computadores para funcionários, 2 (duas) impressoras multifuncionais e 1 (um) scanner. Na biblioteca existem diversos livros infantis, na sala de espera dos responsáveis dispõe-se de livros também, a brinquedoteca conta com brinquedos para até 11 (onze) anos, a sala de jogos possui jogos educativos e outros jogos de tabuleiro.

Para a otimização do trabalho institucional alguns softwares foram contratados, como ponto eletrônico, sistema de gestão administrativa (Omie), sistema de gestão de projetos sociais (Bússola Social) e para o trabalho interno a instituição recebe do Google uma licença gratuita para utilizar todas as ferramentas do Google Teamwork. A área de comunicação recentemente adotou o RD Station, plataforma de relacionamento com cliente para ajudar na captação de doação particular e o Elementor Pro, ferramenta profissional de construção de sites.

Existe ainda a perspectiva da adoção de alguma ferramenta gratuita para gestão de projetos e rotinas, como o Trello ou o Notion, e para a comunicação institucional interna já se identificou que o Whastapp não é eficiente, sendo assim logo será proposta uma melhor alternativa.



Processo nº	08/003.257/21
Data da Autuação	03/11/21
Rubrica	
Fis.	400

f. METODOLOGIA

A metodologia adotada pelo Instituto Consuelo Pinheiro tem como proposta a organização de um percurso institucional dos usuários que segue seis principais etapas: porta de entrada, percurso técnico, elaboração de Planos Individuais de Atendimento (PIA), inserção em atividades pedagógicas/oficinas/grupos, registro das atividades (relatórios de atividades e relatórios mensais) e, de forma transversal, o desenvolvimento de competências sociais/habilidades de vida.

A seguir descreveremos cada uma dessas seis etapas que compõem a metodologia institucional de atendimento.

i. PORTA DE ENTRADA

A primeira etapa, de porta de entrada, se dá por meio de uma entrevista socioassistencial com a família realizada pelo setor de serviço social. São levantadas as principais queixas e demandas socioassistenciais solicitadas pela família ou identificadas pelo setor. Em seguida é aberto o prontuário social de quem será diretamente atendido no "Sistema Bússola Social".

O Sistema Bussola Social é a ferramenta web selecionada pelo Instituto Consuelo Pinheiro para auxiliar a gestão de informações dos projetos sociais desenvolvidos pela instituição. Permite o registro dos usuários e familiares atendidos, arquivo da documentação necessária ao atendimento social, registro de atendimentos e atividades, análise das ações planejadas, emissão de relatórios internos e externos (convênios, patrocínios, apoios, etc.) e geração de gráficos.

Desde a entrada do usuário um prontuário social é aberto para registro dos dados cadastrais, escolaridade, relações, informações de domicílio, saúde e despesas da família, com upload dos arquivos dos principais documentos necessários à matrícula, nomeadamente: RG, CPF, comprovante de residência e NIS dos responsáveis/familiares, RG e CPF dos usuários, caso possuam, certidão de nascimento e caderneta de vacinação, laudo e receita atualizada das pessoas com deficiência.

Nos dados cadastrais são registradas informações como nome, data de nascimento, gênero, religião, naturalidade, nacionalidade, e-mail, telefones dos usuários ou responsáveis,



Processo nº	08/003.257/20
Data da Autuação	03/11/21
Assinatura	[Assinatura]
Fls.	11-04

se podem sair sozinhos da instituição, turnos e dias de atendimento, técnicas de referência, benefícios sociais recebidos e demais referências pessoais.

Nos dados sobre escolaridade são registradas informações sobre a escola, série, período e se cursam educação especial.

No item relações são registradas informações sobre as pessoas que possuem relações com o usuário, que podem ser da família nuclear ou extensa, como nome, grau de parentesco, se também são atendidos pela instituição, data de nascimento, sexo, escolaridade, estado civil, remuneração, fonte de receita, número de documentação, se residem com o usuário, se são responsáveis legais e se são autorizados a buscarem o usuário na instituição.

Nas informações sobre domicílio são registradas informações sobre endereço, se residem em área de risco, número de cômodos, tipo de moradia, material de piso, material de telhado, abastecimento de água, material das paredes externas, forma de iluminação, destino do esgoto e destino do lixo.

Nas informações sobre saúde são registradas se possuem algum problema particular de saúde, se fazem uso de alguma medicação, se possuem alergias, deficiências, se fazem ou já fizeram uso de substâncias psicoativas, se algum morador da casa faz uso de alguma substância psicoativa, bem como nomes e contatos que devem ser acionados em caso de problemas de saúde na instituição ou demais emergências.

Nas informações sobre despesas da família são registradas as médias de gastos nos domicílios nos quais os usuários residem, como água e esgoto, alimentação, higiene e limpeza, educação (cursos, faculdade, etc.), energia elétrica, internet, telefone fixo, celular, TV e medicamentos de uso regular.

Nas informações sobre documentos são registrados RG, CPF, Carteira de Trabalho e Previdência Social, NIS/PIS/PASEP e se possuem certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista e carteira de trabalho.

Essas informações cadastrais permitem, por um lado, traçar o perfil do público atendido pela instituição, e por outro, subsidiar os Planos Individuais de Atendimento (PIA), pois fornecem uma série de informações preliminares, que já apontam alguns caminhos institucionais a serem seguidos.



Processo nº	08/003.257/24
Data da Autuação	03/11/21
Rubrica	Fis. 402

ii. PERCURSO TÉCNICO

A segunda etapa, de percurso técnico, consiste no primeiro atendimento individualizado por parte dos demais setores técnicos, nomeadamente: psicologia, pedagogia, fonoaudiologia e terapia ocupacional. Nesta etapa são realizadas as anamneses e demais avaliações técnicas com o usuário, visando a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA).

iii. PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA)

O PIA é um instrumento facilitador para a organização, o planejamento e a execução de qualidade dos serviços socioassistenciais. Este modelo adotado pelo Instituto Consuelo Pinheiro foi elaborado de forma coletiva pela equipe técnica.

A proposta é que não seja mais um instrumento complexo e que burocratize o trabalho social, e sim uma ferramenta que seja, de fato, apropriada pela equipe e utilizada de forma integrada. Além de contribuir com o acompanhamento e mensuração da efetividade das intervenções propostas, também se configura como uma estratégia para a articulação com a rede pública, privada e do terceiro setor do território, bem como uma importante ferramenta para estudos de casos. É elaborado pela equipe técnica no momento da entrada do usuário/família e avaliado anualmente, visando identificar se as proposições contidas no plano foram executadas e os objetivos alcançados.

É composto por informações simples, tais como: nome, data de preenchimento, demandas, competências sociais a serem priorizadas, além das propostas de atendimento de cada setor técnico e do nome dos técnicos responsáveis.

Também contém um campo informando se os objetivos foram alcançados, se não foram alcançados ou se foram parcialmente alcançados, que deve ser preenchido por todos os setores técnicos, seguido de uma avaliação, com o objetivo de eventuais correções de percurso necessárias ao alcance das propostas de atendimento inicialmente planejadas.

Anualmente são realizados mutirões técnicos de avaliação dos PIA's e reelaboração das propostas de atendimento para o semestre seguinte, o que não impede que possa ser visitado antes. Detalharemos melhor este processo metodológico no item "Metodologia" deste edital. Como já dito, o importante é que seja incorporado pela equipe como uma ferramenta que vai contribuir para a organização do trabalho técnico, para uma visão sistematizada e articulada



Processo nº	08/003.257/21
Data de Autuação:	03/11/24
Rubrica	Fis. 463

dos usuários e familiares na instituição e para a mensuração se os resultados propostos estão sendo alcançados.

No Anexo 6 segue o modelo de Plano Individual de Atendimento (PIA) adotado pelo Instituto Consuelo Pinheiro.

iv. INSERÇÃO EM ATIVIDADES PEDAGÓGICAS/OFICINAS/GRUPOS

A quarta etapa, de inserção em atividades pedagógicas/oficinas/grupos, consiste no que o usuário fará cotidianamente na instituição, que disponibiliza um cardápio de possibilidades. As atividades nas quais o usuário será inserido são definidas a partir do planejamento entre os setores técnicos e o proposto no PIA.

Por ser um item mais extenso o detalhamento das possibilidades de atividades será apresentada mais abaixo no subitem "g. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES" e no Anexo 7 segue o documento Procedimentos Metodológicos.

v. REGISTRO DAS ATIVIDADES

A quinta etapa consiste no registro e sistematização das informações e atividades desenvolvidas na instituição e se dá por meio da elaboração de relatórios das atividades pedagógicas/oficinas/grupos, bem como das demais ações que passam pela atuação dos setores técnicos e articulações com a rede.

O método utilizado para o registro e sistematização das informações se dá a partir de três estratégias: 1) Controle de informações no sistema Bússola Social, já descrito nessa Proposta, que possui campos específicos para descrição, planejamento e registro das atividades; 2) Registro de presença diária 3) Relatório Mensal de Atividades que é feito a partir de dois documentos: Relatório das Atividades e Oficinas, com registro de fotos e imagens (conforme Anexo 8) e Preenchimento de Matriz de Relatório Técnico Mensal (conforme Anexo 9) alimentada por todos os setores técnicos no último dia útil do mês. Hoje o ICP utiliza esse modelo, mas caso seja necessário usar um modelo pré-estabelecido pelo edital a adequação não será um problema.

vi. DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS SOCIAIS



Processo nº	08/003-257/24
Data da Autuação:	03/11/24
Rubrica	Fls. 104

A sexta etapa consiste no desenvolvimento das Competências Sociais, elemento norteador do atendimento proposto pelo Instituto Consuelo Pinheiro que perpassa de forma transversal e interdisciplinar todas as atividades desenvolvidas na instituição, ou seja, são consideradas desde o atendimento de cada setor técnico até as atividades, oficinas e grupos.

Adotamos a perspectiva das Competências Sociais como o conjunto de "habilidades de vida" elencadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que auxiliam os indivíduos na resolução das demandas colocadas em seu cotidiano, exercitando e facilitando a elaboração da percepção de si, a interação com o meio e com os demais indivíduos com quem se relacionam, melhorando assim sua qualidade de vida. São dez as habilidades de vida elencadas pela OMS, nomeadamente: lidar com os sentimentos, lidar com o estresse, resolução de problemas, pensamento criativo, pensamento crítico, autoconhecimento, relacionamento interpessoal, comunicação eficaz, tomada de decisão responsável e empatia.

Como estratégia para organização do processo metodológico de desenvolvimento das competências sociais e de mensuração se os objetivos estão sendo alcançados, foi elaborado um instrumento específico.

Neste instrumento são elencadas as dez competências sociais/habilidades de vida, cada uma com quatro perguntas facilitadoras, que auxiliam o técnico na observação de como os usuários lidam com essas competências/habilidades. Em cada pergunta facilitadora são dadas cinco opções de respostas, nomeadamente: sempre, frequentemente, ocasionalmente, raramente e nunca, cada uma com um percentual de referência e uma pontuação equivalente. Quanto maior o percentual, melhor a pontuação, indicando uma referência para a mensuração do desenvolvimento de competências sociais, o que facilita o planejamento do que deve ser priorizado no atendimento técnico, atividades, oficinas e grupos.

Anualmente esses instrumentos são revisitados pela equipe técnica, de educadores e oficinairos, visando a observação do desenvolvimento das competências sociais e eventuais ajustes nos Planos Individuais/Familiares de Atendimento (PIA), possibilitando um olhar direcionado nesta perspectiva e a eficácia dos objetivos propostos institucionalmente.

No Anexo 10 apresentaremos o Instrumento de Avaliação de Competências Sociais.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 33912577000129

LIMPAR

Data da consulta: 21/10/2022 11:01:18

Data da última atualização: 20/10/2022 18:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							

Processo nº 08/003.254/2021

Data da Autuação: 02/11/21

Rubrica Fis. 405

~~Processo nº~~

~~Data da Autuação:~~

~~Rubrica Fis.~~



Processo nº	08/003.257/21
Data da Autuação:	03/11/21
Rubrica	Ffs. 406

g. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

i. GRUPOS

O ICP desenvolve as seguintes ações coletivas destinadas aos usuários: atividades e oficinas, descritas detalhadamente a seguir.

As atividades, em suas diversas modalidades, são utilizadas como ferramenta para melhoria do relacionamento interpessoal, auxiliando no desenvolvimento de consciência de grupo, de respeito ao outro, além de proporcionar um melhor condicionamento físico e disciplina. Pretende promover a integração, autonomia, inclusão social e participação efetiva destes usuários na sociedade. As atividades são divididas em grupos, que funcionam de segunda à sexta, nos dois turnos de 8h às 12h e de 13h às 17h. O tempo de permanência é sempre acordado, conforme a necessidade do usuário, da disponibilidade da família e da Instituição, porém com o mínimo de 8 (oito) horas semanais. Os grupos são divididos por faixa etária, de acordo com descrito a seguir.

G1 (18 a 60 anos) - manhã e tarde

G2 (12 a 17 anos) - manhã e tarde

G3 (9 a 11 anos) - manhã e tarde

G4 (5 a 8 anos) - manhã e tarde

Em cada grupo as educadoras sociais, sob a orientação do setor de pedagogia, realizam atividades que visam aprimorar o rendimento cognitivo por meio do desenvolvimento de habilidades na leitura, escrita e raciocínio lógico, promovendo também a melhoria da autoestima.

O ICP possui como retaguarda para o desenvolvimento do trabalho proposto algumas estruturas e atividades complementares, sendo elas: apoio pedagógico, Biblioteca Palavras Compartilhadas, brinquedoteca, sala de jogos, sala de informática, que têm os seguintes objetivos.

- Apoio Pedagógico: direcionado aos usuários que apresentam dificuldades no cotidiano escolar, visa aprimorar o rendimento por meio do desenvolvimento de habilidades na leitura, escrita e raciocínio lógico, promovendo também a melhoria da autoestima. São utilizadas atividades lúdicas, jogos interativos e ferramentas de informática.



Processo nº	08/003.257/24
Data de emissão:	03/11/24
Rúbrica	Fis. 407

- Biblioteca Palavras Compartilhadas: contribuí para a democratização do acesso ao livro, formação de leitores, fortalecimento de vínculos familiares e o desenvolvimento de competências sociais, principalmente as relacionadas ao pensamento criativo e crítico.
- Brinquedoteca / Sala de Jogos: estimulam a aprendizagem, aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades de forma lúdica, natural e agradável, além de promover a vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação.
- Sala de Informática: fora a oferta de acesso ao lazer e a cultura, a sala também é utilizada como um instrumento de aprendizagem, onde o usuário participa ativamente no seu processo de construção de conhecimentos, por meio das várias ferramentas disponíveis no mundo digital. Vale salientar que para atingir uma inclusão social completa a inclusão digital se faz necessária.

ii. OFICINAS

Além dos atendimentos em grupos descritos no item anterior, o Instituto Consuelo Pinheiro também disponibiliza aos usuários oficinas coletivas temáticas, nomeadamente: dança contemporânea, desenho e pintura, teatro, educação física, "jardinagem, horticultura e paisagismo", limpeza e conservação, audiovisual, introdução ao mundo do trabalho, tecnologia e mídias sociais e garçom. Descreveremos abaixo os objetivos de cada oficina.

- Dança Contemporânea: além de democratizar o acesso à dança contemporânea, esta oficina promove o desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio, flexibilidade, musicalidade, socialização, autoconhecimento, livre expressão e, principalmente, o empoderamento dos corpos a partir de críticas aos padrões estéticos historicamente construídos e da afirmação de que cada existência é uma potência transformadora.
- Desenho e Pintura: o objetivo desta oficina é de proporcionar experiência introdutória e prática nas artes visuais a partir de algumas técnicas e materiais dessa linguagem; exercitar o olhar para o trabalho nas linguagens visuais e assim fortalecer o poder pessoal e a autoconfiança para escolhas de caminhos pelo uso da criatividade. A própria natureza da atividade necessita de um olhar paciente e introspectivo do participante, propondo a ele um contato com novas experiências através da reflexão e auto-observação.
- Teatro: usando a arte cênica como veículo para gerar criatividade, expressividade e superar limitações, esta oficina desenvolve a linguagem teatral e musical a partir de uma metodologia



Processo nº	08/003.257/24
Data de Atuação:	13/11/21
Rubrica	Fls. 608

lúdica que trabalha técnicas vocais e corporais, contação de histórias e demais processos narrativos, leitura dramática, criação de personagens, teoria musical e cênica.

- **Educação Física:** esta é uma atividade essencial no auxílio do processo de desenvolvimento educacional, social e de saúde do ser humano. Promove o lazer e a cultura da prática esportiva, por meio de técnicas específicas para o público deficiente, além de estimular o desenvolvimento motor, cognitivo, socioafetivo, o trabalho em equipe e o desenvolvimento integral do indivíduo
- **Jardinagem, Horticultura e Paisagismo:** visa promover a democratização de técnicas de jardinagem, horticultura e paisagismo, através de temas como a atenção com a natureza, meio ambiente, sustentabilidade, resgate do conhecimento ancestral das ervas medicinais, alimentação saudável e bem estar. Valores e habilidades como: trabalho em equipe, colaboração, empatia, paciência e observação são estimulados com atividades que passam pela preparação da terra, plantio de sementes, irrigação e o acompanhamento dos processos de vida em seus tempos, desenvolvendo assim o senso de responsabilidade, percepção e cuidado.
- **Limpeza e conservação:** tem o objetivo de promover a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho da referida área, bem como a autonomia dos mesmos em suas atividades diárias.
- **Audiovisual:** por meio da técnica do audiovisual, visa criar um espaço de sociabilidade, reflexão e expressão de experiências, narrativas e linguagens próprias.
- **Introdução ao Mundo do Trabalho:** visa melhorar a expressão e a comunicação inter e intra-pessoal dos jovens, a fim de reforçar uma construção positiva da identidade pessoal, otimizando a interação social e a autoconfiança para a vida profissional. Desta forma, os usuários são capacitados para obterem um melhor desempenho em entrevistas e dinâmicas de grupo.
- **Tecnologia e Mídias Sociais:** objetiva à compreensão do Ambiente de Trabalho atual cada vez mais tecnológico, digital e integrado às redes sociais, bem como as principais preocupações que o aluno deve ter ao se inserir nas mídias digitais.
- **Garçom:** visa promover a inclusão no mercado de trabalho, apresentando aos jovens e adultos com deficiência intelectual, técnicas de servir alimentos e bebidas com viés



Processo nº	08/003.257/24
Data de Autuação:	03/11/24
Assinatura	[Assinatura]
Nº	409

profissionalizante, explorando também o atendimento ao público como forma de contribuir para o processo de sociabilidade.

III. ATENDIMENTOS TÉCNICOS

Ademais, o Instituto Consuelo Pinheiro também disponibiliza o atendimento técnico, que pode ser em grupos ou individuais, dependendo das demandas identificadas no Plano Individual/Familiar de Atendimento, bem como atendimento em Casa de Atividades de Vida Diária. A seguir descreveremos as propostas e objetivos de cada atendimento técnico individual ou coletivo.

- Serviço Social: atendimentos socioassistenciais a partir de entrevistas sociais e elaboração de Planos Individuais e Familiares de Atendimento, em articulação com os demais setores técnicos da instituição, com as políticas públicas intersetoriais e o sistema de garantia de direitos.
- Psicologia: atua na promoção da saúde integral visando o equilíbrio socioemocional, desenvolvendo competências sociais que passam pelas relações interpessoais, autoconhecimento, resolução de problemas, tomada de decisão responsável e empatia.
- Pedagogia: atua no desenvolvimento das habilidades cognitivas e educacionais, além de estimular a autonomia e fortalecer os vínculos sociais e afetivos.
- Fonoaudiologia: a partir de desordens nos campos da comunicação e fala, atua na promoção da comunicação eficaz visando o desenvolvimento linguístico verbal ou não, as habilidades cognitivas, sensoriais, motoras e educacionais, além de estimular a autonomia e fortalecer os vínculos sociais e afetivos. a partir de desordens ocupacionais atua na promoção da saúde integral, autonomia, independência e ganho funcional, associados ao fortalecimento de vínculos sociais, afetivos e comunitários. Também viabiliza o treinamento de habilidades motoras, cognitivas e educacionais.
- Casa de Atividades de Vida Diária (AVD): espaço que integra o trabalho do terapeuta ocupacional com demais profissionais da equipe técnica. Simula o cotidiano de uma residência para que os usuários com deficiência intelectual aprendam o cuidado de si e o cuidado do lar, desenvolvendo autonomia, independência, sociabilidade, além de aquisição de novas habilidades através do treinamento de atividades da vida diária.



Processo nº	08/003.257/21
Data de realização:	03/14/21
	410

Atividades culturais e passeios também são atividades em grupo que são disponibilizadas pelo Instituto Consuelo Pinheiro e ocorrem periodicamente, objetivando integração dos usuários, divulgação de diferentes expressões artísticas e incentivando a convivência comunitária. Ainda sobre os passeios, aos usuários eles também são ofertados, ora com objetivos pedagógicos e/ou sociais, ora com fins de lazer e cultura.

iv. ATENDIMENTOS EM GRUPOS COM FAMILIARES

O Instituto Consuelo Pinheiro, por meio da atuação da equipe técnica interdisciplinar, além de realizar atendimentos individualizados às famílias, responsáveis e cuidadores, também oferece, semanalmente, atividades em grupo dirigidas. São grupos de reflexão, oficinas temáticas, grupos de geração de renda, palestras, atividades culturais e de lazer tanto na Instituição como em outros locais.

Tais atividades têm como objetivos trabalhar questões, temas e assuntos que se complementam aos atendimentos, grupos e oficinas direcionados aos usuários. Podem ter várias configurações, desde rodas de conversas e palestras, passando por campanhas educativas, de saúde, etc, até meras devolutivas do trabalho desenvolvido, de forma a apresentar, explicar e sanar dúvidas do que é disponibilizado pela instituição como um todo.

Também são realizados eventos pontuais em datas comemorativas, aniversários, festividades, etc., bem como passeios e oficinas coletivas, tendo em vista que a convivência e o fortalecimento de vínculos, assim como a intergeracionalidade, são diretrizes valorizadas pela instituição.

Cabe ressaltar que o atendimento estende-se às famílias dos usuários, e que muitos destes familiares são idosos. Por estarem em situação de risco social estes já necessitam da política assistencial, portanto se realizam também atividades para essa faixa etária. Eles são participantes de Atividades em Grupo, como as Rodas de Conversas e Reuniões Familiares, de Atividades Externas, de algumas Oficinas, das Confraternizações, das Apresentações temáticas e das Campanhas Educativas, além de receberem Atendimento Técnico quando necessário. Essas ações objetivam que estes tenham suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades acolhidas e contribuem para a convivência e o fortalecimento de vínculos e comunitários.



Processo nº	08/003.257/2A
Data da Atuação:	03/01/20
Rubrica	Fls. 411

V. ATENDIMENTOS DE ARTICULAÇÃO EM REDE

O Instituto Consuelo Pinheiro está localizado na área da 3ª Coordenadoria de Assistência Social e Direitos Humanos (CASDH), e por isso participa mensalmente dos encontros organizados por esta rede local. Outrossim, realiza periodicamente o mapeamento e a articulação com a rede socioassistencial local da Proteção Social Básica e Especial, demais políticas públicas setoriais, órgãos do sistema de garantia de direitos, conselhos de direitos, bem como serviços programas e projetos de demais instituições não governamentais e comunitárias, como forma de manter atualizada a retaguarda no território para o atendimento.

Citando algumas instituições pertencentes a esta rede destacamos as seguintes parcerias:

- Escolas da 3ª CRE (Coordenadora Regional de Ensino)
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Mary Richmond, CRAS Caio Fernando Abreu, CRAS Sobral Pinto, CRAS Maria da Luz, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Janete Clair: referência de atendimento socioassistencial de Proteção Social Básica e Especial no território.
- Clínica da Família Ana Nery, Clínica da Família Bairro Carioca, Clínica da Família Isabel dos Santos Clínica da Família Cabo Ediney: referência de atendimento em saúde no território.
- CAPSi III Maria Clara Machado, CAPS III Clarice Lispector, CAPS III Torquato Neto, CAPS III EAT, CAPS AD III Raul Seixas: referência de atendimento em saúde mental no território.
- Só Lazer - Fornecimento de ingressos, shows, cinemas, atividades culturais - cooperação técnica;
- Rio Inclui - Parceria com organização não governamental para atividades culturais através de ingressos para shows, teatro, circo, parceria de cooperação técnica;
- Rio Solidário - Parceria de cooperação técnica através de capacitação dos gestores e técnicos em relação à política da pessoa com deficiência;
- Febiex - Parceria de cooperação técnica e assessoria em relação a gestão junto aos conselhos de assistência social (CMAS/RJ) e da criança e adolescente (CMDCA/RJ), para garantia e fortalecimento das ações da instituição;
- LigthRecicla - Troca resíduos recicláveis por desconto na conta de energia elétrica;
- Programa Cadeira Cativa - Ingressos oferecidos pela Secretaria Municipal de Cultura de produções que estão acontecendo nos teatros, lonas e arenas da Secretaria;
- CEASA - Doação quinzenal de verduras, legumes e frutas diversas;
- SESC (Mesa Brasil) - Doação Mensal de Alimentos;
- Nova Rio - Parceria para a cessão de 1 profissional para capacitação de usuários com deficiência para o mercado de trabalho;



Pr. nº	08/003.204/24
Data de Assinatura:	03/14/24
Rubrica	412

- Vara de Execução Penal (VEP) – Parceria para que cumpridores de pena da Vara prestem serviços comunitários na Instituição;
- Pif Paf – Parceria para realização de ações da Pif Paf solidária e doações;
- ASID Brasil – Parceria para assessoria em Ações Sociais voltadas para a igualdade das Diferenças;

h. PRODUTO

Espera-se que com as ações pertinentes a execução do serviço, impactos sociais positivos aconteçam na vida dos usuários e seus familiares, sendo eles, o pleno acesso aos serviços socioassistenciais, a viabilização do acesso a outros serviços das demais políticas públicas, a prevenção das situações de isolamento e abrigamento, a diminuição da sobrecarga do cuidador e redução do alto grau de estresse, o fortalecimento do convívio familiar e comunitário e a melhoria na qualidade de vida.

Por se tratar de Pessoa com Deficiência, entende-se que o resultado é gradativo. As etapas podem ser adquiridas num tempo maior que o esperado, sendo o processo de inclusão mais demorado e sujeito à regressão, se não houver acompanhamento sistemático durante cada etapa de aquisição, seja cognitivo, comportamental, emocional, etc.

Contudo, essas etapas e processos serão relatados nos prontuários dos usuários de acordo com a periodicidade dos atendimentos e evoluções e posteriormente em relatórios contendo dados qualitativos e quantitativos mensalmente e entregues.

4. PRAZOS

O prazo de vigência é de 12 (doze) meses a partir de 28/10/2022 até 27/10/2023.

5. CUSTOS

O valor do repasse será feito no valor de R\$ 273,00 mensais per capita. Sendo assim:
Valor Total Mensal: 54.600,00

Valor Total Anual: 655.200,00



Processo nº	08/103.257/21
Data da Avaliação:	03/11/21
Rubrica	Fls. 413

Os recursos serão aplicados em: pagamento de pessoal, fornecedores, aquisição de materiais, equipamentos, softwares e quaisquer outros necessários para o desenvolvimento das ações previstas.

6. FORMAS DE APRESENTAÇÃO

A instituição irá apresentar mensalmente até o 10º dia do mês o Relatório de Atividades com modelo aprovado pela Secretaria contendo a Avaliação Processual e a Avaliação de resultados, conforme definido pelo plano de trabalho do edital.

7. DA ELABORAÇÃO E DA ABRANGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas será feita mensalmente através de Relação de Atendimento, constando o nome do usuário, data de entrada e nº de registro; Relatório Mensal de Atendimento, contendo as atividades realizadas, o quantitativo delas, os objetivos, o local, os dias, os responsáveis pela execução e todo o registro disso em fotos, vídeos e links quando possível; e o Relatório de Execução Físico-Financeira contendo todos os elementos pedidos no plano de trabalho, em conformidade com a legislação vigente, que permita o gestor avaliar o andamento do serviço, o alcance das metas e o uso adequado do repasse.

Rio de Janeiro, 19 de Outubro de 2022

Tarik Vasques
Tarik Nazaretha Vasques
Ident. 23.103.597-7
CPF: 124.604.952-47
Gerente Administrativo
Representante Legal